



Ministério de Minas e Energia

CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico

ATA DA 152ª REUNIÃO

Data: 04 de fevereiro de 2015

Horário: 14h30

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME – 9º andar

Participantes: Lista Anexa

1. ABERTURA

A 152ª Reunião Ordinária do CMSE foi aberta pelo Senhor Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, que agradeceu a presença de todos, em especial aos convidados Abengoa e a Sociedade de Propósito Específico – SPE Olímpica. Em seguida, submeteu à apreciação a Ata da 151ª Reunião do Comitê, realizada em 07 de janeiro de 2015, sendo aprovada por unanimidade.

2. ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA AO PARQUE OLÍMPICO: SE OLÍMPICA E OBRAS ASSOCIADAS

A SPE Energia Olímpica realizou apresentação sobre o acompanhamento das obras para suprimento de energia elétrica ao Parque Olímpico, denominada SE Olímpica, principal instalação elétrica dos Jogos Olímpicos que serão realizados em 2016.

Relatou que as obras de construção da Subestação Isolada a Gás - GIS SE Olímpica 138/13,8 kV - 3x40 MVA, dos Ramais Subterrâneos 138 kV Barra II/Olímpica e Gardênia/Olímpica e a ampliação das SEs Gardênia e Barra II estão em dia com o cronograma planejado.

Em relação à SE Olímpica, informou que sua montagem foi iniciada em janeiro de 2015, com previsão de término em março de 2015. A entrega do prédio da GIS está prevista para o dia 26 de fevereiro de 2015. Também informou que parte dos painéis já está montada na base, restando pendente a conexão.

Em relação ao Terminal de Gardênia, informou que todos os cabos já foram lançados e que as emendas foram finalizadas no mês de janeiro de 2015. Já para o terminal de Barra II, foi informado que o lançamento dos cabos ocorrerá entre meados de janeiro e fim de março de 2015 e a conclusão das emendas está prevista para final do mês de abril de 2015.

Em relação aos equipamentos da GIS, os dois lotes já se encontram no pátio da obra desde o dia 20/01/2015, quando se iniciou a montagem. A previsão de conclusão da montagem e comissionamento da SE é para o final do mês de março de 2015 e os testes previstos para o mês de abril. A entrada em operação da SE Olímpica e obras associadas continua prevista para o mês de maio de 2015.

A SEE/MME relatou que após a inspeção mensal, confirma a previsão de conclusão das obras da SPE Olímpica até 31 de maio de 2015. Informou também que após reunião com a APO, verificou-se que poderá haver atraso nas obras internas do Parque Olímpico.

O Senhor Ministro reiterou a necessidade de se aprofundar mais sobre o tema, pois, o compromisso olímpico é nacional.

3. MONITORAMENTO DA EXPANSÃO DA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

A SEE/MME apresentou um balanço das obras de expansão de geração e transmissão de energia elétrica. Com relação aos empreendimentos de geração, foi apresentado que estão sendo monitoradas 510 usinas, totalizando expansão de 39.569,67 MW. Foram mostrados também os empreendimentos concluídos recentemente, destacando que, em janeiro de 2015, entraram em operação comercial 429,33 MW de capacidade instalada no SIN referentes a usinas do Ambiente de Contratação Regulada – ACR e do Ambiente de Contratação Livre – ACL, tendo sido adicionados 427,33 MW e 2,0 MW, respectivamente.

Do montante de expansão da oferta de geração em janeiro 2015, destaque para a entrada em operação comercial das UGs 09 e 10 (75,0 MW cada) da UHE Jirau (Total: 3.750 MW), da UG 03 de 186,0 MW da UTE Baixada Fluminense (Total: 530,0 MW) e do Complexo Eólico Reb Cassino (Total: 64,0 MW).

Para a transmissão foi apresentado que estão sendo monitorados 28.639 km de linhas de transmissão e 39.310 MVA de capacidade de transformação, cadastrados na base do Sistema de Gestão da Transmissão – SIGET/ANEEL.

Do montante de expansão da oferta de transmissão em janeiro 2015, destaque para a entrada em operação comercial do Seccionamento na SE Abdon Batista da LT 525 kV Campos Novos – Biguaçu e o Seccionamento na SE Santo Ângelo da LT 525 kV Garabi 2 – Itá, assim como a entrada em operação da nova SE Abdon Batista 500/230 kV – 1.344 MVA e do 4º Autotransformador 500/230 kV – 400 MVA na SE Trindade.

No caso da expansão da transmissão, para os empreendimentos considerados prioritários, de um total de 18 empreendimentos (3.760 km) de LTs, 5 empreendimentos (4.021 km) estão com atraso, 12 empreendimentos (8.892 km) estão em dia e 1 empreendimento (847 km) com antecipação.

Foram destacadas pela SEE/MME as ações em andamento, coordenadas pelo MME, a fim de recuperar o atraso e agilizar a implementação de empreendimentos de transmissão: realização de reuniões entre MME e MMA, com a participação dos Ministros de Estado, para definir um plano de ação para a questão do licenciamento ambiental; novas gestões com o Ministério da Justiça - MJ e a Fundação Nacional do Índio - Funai sobre a Interligação Manaus – Boa Vista, dentre outras.

3.1 APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE TRANSMISSÃO

A Abengoa Brasil fez uma apresentação sobre os seguintes empreendimentos de transmissão:

- **LOTES A, E e F DO LEILÃO 07/2012**
- **LOTES B, C e I DO LEILÃO 01/2013**
- **LOTE B DO LEILÃO 07/2013**
- **LOTES B E G DO LEILÃO 01/2014**

ATE XVI - LT 500 kV Miracema – Sapeaçu

Relatou que em relação ao licenciamento ambiental, segundo planejamento inicial enviado à ANEEL, a Licença de Instalação - LI estava prevista para agosto de 2014, porém tiveram atrasos nas etapas de termos de referência (2 meses) e da emissão do parecer do EIA (2 meses).

Informou ainda que para emissão da LI pelo IBAMA em março de 2015, estão pendentes: a aprovação do PBA Saúde pela SVS/MS (entregue no MS em 10/12/2014); a aprovação da DUP pela ANEEL (última complementação entregue em

07/10/2014); e emissão de Parecer Técnico de LI pelo IBAMA/MA (PBA entregue em 03/12/2014).

Para a questão fundiária, informou que já foram liberados 928 km de 1.851 km (50 %) e que a previsão de conclusão do empreendimento é de 15 meses após a emissão da LI pelo Ibama, ou seja, 25 de junho de 2016 (5 meses após previsão ANEEL).

ATE XVII - LT 500 kV Milagres II - Açú III

Relatou que em relação ao licenciamento ambiental, segundo planejamento inicial enviado à ANEEL, a LI estava prevista para agosto de 2014, porém tiveram atrasos nas etapas de termos de referência (2 meses) e da emissão do parecer do EIA (1 mês).

Informou ainda que para emissão da LI pelo IBAMA em março de 2015, estão pendentes: emissão de Parecer Técnico de LI e ASV pelo IBAMA/PB (PBA entregue em 22/09/2014) e manifestação do IPHAN para LI (relatórios entregues ao IPHAN em 19/09/2014, 20/10/2014 e 01/12/2014). Novas complementações foram entregues em 16/01/2015.

Para a questão fundiária, informou que já foram liberados 222 km de 288 km (77 %) e que a previsão de conclusão do empreendimento é de 12 meses após Licença de Instalação: 25/03/2016 (1 mês após previsão ANEEL).

ATE XVIII - LT 500 kV Estreito - Itabirito II

Relatou que em relação ao licenciamento ambiental, segundo planejamento inicial, enviado à ANEEL, a LI estava prevista para junho de 2014, porém tiveram atrasos na aprovação da LP (COPAM/MG levou 8 meses).

Informou ainda que para emissão da Licença de Instalação pela SUPRAM/COPAM em março de 2015, estão pendentes: emissão de Bloqueio Minerário pelo DNPM (pedido entregue em 10/02/2014), manifestação do IPHAN-MG (relatório entregue em 30/12/2014), manifestação da FCP (PBA-Q entregue em 06/10/2014, reuniões quilombolas em 15-16/12/2014), manifestação do IEPHA (estudos entregues em 20/11/2014), manifestação das Secretarias Municipais de Cultura de Arcos, Belo Vale, Desterro de Entre Minas, Ouro Preto e Sacramento (relatórios entregues em 22-30/07/2014).

Para a questão fundiária, informou que já foram liberados 247 km de 391 km (63 %) e que a previsão de conclusão do empreendimento é 12 meses após LI, ou seja, abril de 2016 (8 meses após previsão ANEEL).

ATE XIX - LT 500 kV São João do Piauí - Luiz Gonzaga

Relatou que em relação ao licenciamento ambiental, segundo planejamento inicial, enviado à ANEEL, a LI estava prevista para início de fevereiro de 2015, porém, tiveram atrasos nas etapas de termos de referência (4 meses) e da autorização de fauna (3 meses).

Informou ainda que para emissão da LP em 30/03/2015 e da LI em 30/08/2015, estão pendentes: manifestação da FUNAI (estudo entregue em 01/08/2014, consulta indígena em 11/12/2014), manifestação do ICMBio (a LT atravessa a APA Chapada do Araripe) (EIA entregue em 12/11/2014), emissão de Parecer Técnico de LP pelo IBAMA (EIA aceito pelo IBAMA em 30/10/2014).

Para a questão fundiária, informou que já foram liberados 145 km de 616 km (23 %) e que a previsão de conclusão do empreendimento é de 14 meses após LI, ou seja, novembro de 2016 (3 meses após previsão ANEEL).

ATE XX - LT 500 kV Presidente Dutra – Sobral

Relatou que em relação ao licenciamento ambiental, segundo planejamento inicial enviado à ANEEL, a LI estava prevista para início de fevereiro de 2015, porém, tiveram atrasos na etapa de termo de referência (2 meses).

Informou ainda que para emissão da LP em 30/04/2015 e da LI em 30/08/2015, estão pendentes: realização da vistoria aérea e audiências públicas pelo IBAMA/MA, agendadas para 23 a 27/02/2015, manifestação do ICMBio (a LT atravessa a APA Chapada de Ibiapaba) (EIA entregue no ICMBio em 04/12/2014); emissão da Certidão de Uso e Ocupação do Solo do município de Sobral/CE (pedido feito a Sobral em 05/02/2014) e emissão de Parecer Técnico de LP pelo IBAMA/MA (EIA aceito pelo IBAMA em 10/11/2014).

Para a questão fundiária, informou que já foram liberados 74 km de 543 km (14%) e que a previsão de conclusão do empreendimento é de 12 meses após LI, ou seja, setembro de 2016 (1 mês após previsão ANEEL).

ATE XXI - LT 500 kV Xingu - Parauapebas – Miracema

Relatou que em relação ao licenciamento ambiental, segundo planejamento inicial enviado à ANEEL, a LI estava prevista para início de fevereiro de 2015, porém, tiveram atrasos nas etapas de termo de referência (2 meses) e autorização de fauna (3 meses).

Informou ainda que para emissão da LP em 30/04/2015 e da LI em 30/08/2015, estão pendentes: realização da vistoria aérea e audiências públicas pelo IBAMA/TO, agendadas para 09 a 13/02/2015 e 02 a 06/03/2015; manifestação do IPHAN para LP (relatório entregue em 02/09/2014, complementação entregue em 02/12/2014); emissão de Parecer Técnico de LP pelo IBAMA/TO (EIA aceito pelo IBAMA em 12/11/2014).

Para a questão fundiária, informou que foi publicada DUP da SE Xingu em 26/01/2014. Será iniciado em 23/02/2014 o processo judicial para aquisição de Xingu. Adicionalmente relatou que a previsão de conclusão do empreendimento é de 14 meses após LI, ou seja, novembro de 2016 (3 meses após previsão ANEEL).

ATE XXII - LT 500 kV Marimbondo II – Campinas

Relatou que em relação ao licenciamento ambiental, segundo planejamento inicial, enviado à ANEEL, a LI está prevista para agosto de 2015.

Informou ainda que para emissão da Licença Prévia em 30/02/2015 e Licença de Instalação em 30/05/2015 está pendente a emissão de Parecer Técnico de LP pelo IBAMA/MG.

Para a questão fundiária, informou que já foram liberados 10 km de 378 km (3 %) e que a previsão de conclusão do empreendimento está dentro do cronograma, portanto, sem atraso.

Adicionalmente, para os empreendimentos que estão configurados atrasos e para a sua recuperação, a Abengoa informou que foi criado plano de recuperação com: mobilização de canteiros após LP emitidas; mecanização da abertura de acessos; desenvolvimento de metodologia para lançamento múltiplo de cabos, compra de maquinários adicionais e a instalação de uma central de logística em Araguaína/TO.

Após avaliações e discussões de pendências e atrasos, o Senhor Ministro ressaltou a necessidade de priorização na conclusão dos testes da UTE Sepé Tiaraju, assim

como empenho na articulação com os demais Ministérios, Órgãos Licenciadores e intervenientes do processo, a fim de reduzir e ou eliminar entraves para emissão de licenças e solicitou a antecipação das obras de transmissão dos empreendimentos prioritários.

4. CARACTERÍSTICAS DOS MODELOS COMPUTACIONAIS PARA PLANEJAMENTO DA EXPANSÃO E OPERAÇÃO DO SIN

O Cepel apresentou a análise realizada do comportamento das afluições verificadas nos meses de fevereiro de 2014 a janeiro de 2015, em relação ao histórico de 1931 a 2014, obtidas a partir da avaliação das correlações entre as Energias Naturais Afluentes – ENAs dos subsistemas Nordeste/Sudeste, Sul/Sudeste e Norte/Sudeste.

Foi apresentada a análise de desempenho para o ano de 2015 informando que a avaliação conjuntural do desempenho de um sistema com base hidroelétrica é fortemente influenciada pelo volume de partida dos reservatórios, e, principalmente, pela tendência hidrológica, como por exemplo, as afluições nos últimos meses.

Ressaltou também que a avaliação conjuntural do desempenho do sistema e de riscos de déficit associados deve ser feita de forma cuidadosa, especialmente nos períodos de transição hidrológica, devido à forte influência da tendência do período hidrológico anterior e que dada a sua grande incerteza, esta cautela deve ser ainda maior quando o período úmido ainda não está plenamente caracterizado, uma vez que os resultados ficam comprometidos.

Em relação ao ano de 2015, foi apresentada a avaliação prospectiva da análise de desempenho, com a visão das informações constantes do PMO de fevereiro/2015 e simulando-se o desempenho do sistema utilizando as 82 séries observadas, além do despacho das térmicas por ordem de mérito, obtêm-se valores para o risco de qualquer déficit de energia iguais a 7,3% e 1,2% respectivamente para as regiões Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste.

5. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO ELETROENERGÉTICAS DO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN

O ONS apresentou a avaliação das condições eletroenergéticas de atendimento ao SIN, destacando que os primeiros três dias de fevereiro de 2015, um sistema frontal e instabilidades associadas provocaram chuvas principalmente nas bacias do Grande,

cabeceira do São Francisco e Paranaíba. Na região Sul ocorreram chuvas também nas bacias dos rios Jacuí, Uruguai e Iguazu, porém em menor intensidade.

Informou que, em reunião realizada em 3 de fevereiro de 2015, o CEMADEN/CPTEC/INPE apresentou que a previsão para os próximos sete dias indica uma situação favorável para a ocorrência de precipitação nas bacias dos rios Tietê, Grande, Paranaíba, São Francisco, Tocantins e Paraíba do Sul. Nesse período as temperaturas serão inferiores à média histórica nos maiores centros urbanos da Região Sudeste. Adicionalmente, a previsão para segunda semana (7-15 dias) indica uma gradativa redução da precipitação sobre a Região Sudeste, com valores, provavelmente, inferiores à média histórica na Região Sudeste (com temperaturas em elevação) e próximas à média na Região Sul e que para prazos mais estendidos (15-30 dias), o cenário mais provável é o de chuvas inferiores à média histórica nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Ademais, a temperatura da superfície do mar - TSM sobre o Oceano Pacífico central apresentam leve tendência a diminuir, indicando um provável enfraquecimento do fenômeno "El Niño" que, contudo, deverá continuar influenciando as precipitações no próximo trimestre.

Considerando o cenário de afluições previsto para o mês de fevereiro de 2015, conforme previsão do PMO/ONS, a estimativa é atingir ao final do mês um armazenamento (%EAR_{máx}) de 19,7% no subsistema Sudeste/Centro-Oeste, 50,5% no Sul, 14,9% no Nordeste e 51,2% no Norte.

Em relação à carga, a média mensal prevista para fevereiro/2015 no SIN é de 69.386 MW médios, representando um crescimento de 0,2% em relação ao mês de janeiro/2015. Quando comparada com o mesmo mês do ano de 2014, há uma variação negativa de 0,7%.

Apresentou ainda uma visão prospectiva de atendimento ao SIN para o ano de 2015, com a construção de cenários hidrológicos para o período entre fevereiro e abril, quais sejam: 100%, 70% e 50 % da chuva média história para este período. Como recomendações, o ONS sugeriu:

- Preparar processo para viabilização do despacho pleno da UTE Uruguaiana;
- Preparar processo para viabilização da importação de até 1.000 MW do Sistema Elétrico Argentino;

- Manter a flexibilização das restrições operativas, de uso múltiplo e ambientais implementadas em 2014 (UHEs Mascarenhas de Moraes, Ilha Solteira/Três Irmãos, Três Marias, Sobradinho/Xingó e Jupia/Porto Primavera);
- Verificar viabilidade de redução da defluência mínima do reservatório da UHEs Sobradinho/Xingó de 1.100 m³/s para 1.000/900 m³/s;
- Verificar a viabilidade de um rebaixamento adicional da UHE Ilha Solteira até a cota 317,00 m;
- Verificar a possibilidade de se operar a UHE Itaipu até a cota 210,00 m;
- Analisar os ganhos e riscos associados à operação com a adoção do critério N nas interligações N/NE – SE/CO/Sul e Sul – SE/CO, inclusive com a implementação de SEPs;
- MME e ANEEL deverão analisar a viabilidade da exploração dos recursos de geração distribuída, como de centrais de cogeração, shopping centers e plantas industriais.

Adicionalmente, o Comitê aprovou a Nota Informativa transcrita a seguir, que aborda a questão do suprimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional, disponibilizando-a para a imprensa:

“NOTA INFORMATIVA DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015

O sistema elétrico apresenta-se estruturalmente equilibrado, devido à capacidade de geração e transmissão instalada no país, que continua sendo ampliada com a entrada em operação de usinas, linhas e subestações, considerando-se tanto o critério probabilístico (riscos anuais de déficit), como as análises com as séries históricas de vazões, para o atendimento da carga prevista para 2015, da ordem de 67.260 MW médios de energia.

O Sistema Interligado Nacional – SIN, dispõe das condições estruturais para o abastecimento do País, embora as principais bacias hidrográficas onde se situam os reservatórios das regiões Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste tenham enfrentado uma situação climática desfavorável no período úmido do ano anterior. Considerando o risco de déficit de 5%, conforme critério estabelecido pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, há sobra estrutural de cerca de 7.300 MW médios para atender a carga prevista, valor esse atualizado com as datas de entrada em operação das usinas para os próximos meses e a nova projeção de demanda. Em 2015, entraram em operação 504 MW do total de 6.410 MW de capacidade de geração previstos.

Empreendimento	UG	Potência (MW)	Operação comercial
UEE Eurus II	UG1 a UG15	30,00	02./01./2015
UEE Renascença V	UG1 a UG15	30,00	02./01./2015
UEE Santo Antônio de Pádua	UG6	2,00	06./01./2015
PCH Jamarí	UG 1 e 2	13,33	09./01./2015
UTE Baixada Fluminense	UG 3	186,00	09./01./2015
UEE Reb Cassino I	UG1 a UG11	22,00	14./01./2015
UEE Reb Cassino II	UG1 a UG10	20,00	15./01./2015
UEE Reb Cassino III	UG1 a UG11	22,00	16./01./2015
UEE Corredor de Sernandes III	UG1 a UG10	27,00	23./01./2015
UHE Jirau	UG 9 e 10	150,00	03./02./2015
PCH Inhapi	UG 3	2,00	29./01./2015
TOTAL		504,33	

Segundo informações do CEMADEN e INPE/CPTEC, no mês de janeiro choveu abaixo da média histórica na maior parte do país. Isso inclui a totalidade das Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, a maior parte da Região Norte e a maior parte do estado do Paraná. Choveu acima da média histórica nos estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina, no centro do Paraná, no extremo oeste da Amazônia (oeste de AM e no AC), no noroeste do PA e no leste de RR. Assim, as afluências verificadas em janeiro foram 38%, 26%, 215% e 60% da média histórica nas regiões Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste, Sul e Norte, respectivamente.

Considerando a configuração do sistema do Programa Mensal de Operação – PMO, de fevereiro de 2015, e simulando-se o desempenho do sistema utilizando as 82 séries observadas no histórico, considerando o despacho das térmicas por ordem de mérito, obtêm-se valores para o risco de qualquer déficit de energia iguais a 7,3% e 1,2% respectivamente para as regiões Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste. Considerando, agora, o despacho pleno das térmicas em 2015, os valores para o risco de qualquer déficit de energia passam para 6,1% e 0,0% nas regiões Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste, respectivamente.

Mesmo com o sistema em equilíbrio estrutural, ações conjunturais específicas podem ser necessárias, em função da distribuição espacial dos volumes armazenados, cabendo ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a adoção de medidas adicionais àquelas normalmente praticadas, como aquelas adotadas em 2014, buscando preservar os estoques nos principais reservatórios de cabeceira do SIN.

Além das análises apresentadas, outras avaliações de desempenho do sistema, utilizando-se o valor esperado das afluências e anos semelhantes de afluências obtidas do histórico, não indicam, no momento, insuficiência de suprimento energético neste ano.

Entretanto, deve-se observar que o período úmido de 2015 ainda não se encontra consolidado. Com isso, a avaliação conjuntural do desempenho do sistema e de

riscos de déficit associados deve ser feita de forma cuidadosa. Dado que as afliências verificadas em janeiro foram baixas nas regiões Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste, as afliências nos próximos meses serão relevantes para a avaliação da adequação das condições de suprimento em 2015, o que reforça a necessidade de um monitoramento permanente.

O CMSE, na sua competência legal, monitora as condições de abastecimento e o atendimento ao mercado de energia elétrica do País.

Ministério de Minas e Energia – MME

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS

Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL (convidado).

[i] Conforme recomendado no documento “Sumário Executivo do Programa Mensal de Operação - PMO de Março - Semana Operativa de 01/03/2014 a 07/03/2014, de 28/02/2014” e também utilizado como critério na elaboração do Planejamento Anual da Operação Energética – PEN.

[ii] Simulando-se o desempenho do sistema por meio de 2.000 séries sintéticas de afliências e considerando o despacho das térmicas por ordem de mérito, encontram-se valores para o risco de qualquer déficit de energia iguais a 11,1% e 3,9% respectivamente para as regiões Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste, respectivamente. Considerando, agora, o despacho pleno das térmicas em 2015, os valores para o risco de qualquer déficit de energia passam para 9,5% e 1,8% nas regiões Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste, respectivamente.

6. HOMOLOGAÇÃO DAS “DATAS DE TENDÊNCIA” DA OPERAÇÃO COMERCIAL DAS USINAS

As datas de tendência para operação comercial das usinas foram homologadas pelos membros do Comitê, conforme analisadas na reunião mensal do Grupo de Monitoramento da Expansão da Geração de 21 de janeiro de 2015, coordenado pelo DMSE/SEE/MME, e encaminhadas pelo Ofício Circular nº 01/2015-SEE/MME, em 26 de janeiro de 2015.

7. ACOMPANHAMENTO DO ÍNDICE DE GRAVIDADE DAS OCORRÊNCIAS COM INTERRUPTÃO NO SUPRIMENTO DE ENERGIA

Este item foi retirado de pauta.

8. MONITORAMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A CCEE apresentou um balanço da liquidação financeira de dezembro de 2014, prevista para ocorrer no dia 09 de fevereiro de 2015, envolvendo agentes que comercializam energia nos Ambientes de Comercialização Regulado e Livre.

Informou que R\$ 258,0 milhões de um total de R\$ 3.373,14 milhões não tem previsão de serem pagos, o que corresponde a 7,65% do faturamento total e que R\$ 1.036,62 milhões são referentes a valores diferidos parcialmente de Agentes de Distribuição, conforme Despacho ANEEL nº 48/2015, cujo pagamento foi postergado até o dia 31 de março de 2015. Destacou ainda que pode haver elevação do percentual de inadimplência caso os agentes impactados pelas reduções de contratos não paguem os valores referentes a essas reduções.

Conforme a CCEE, a estimativa de inadimplência inicial está concentrada em um Agente de Distribuição (R\$ 192,7 milhões), sete consumidores especiais (R\$ 57,6 milhões) e um consumidor livre (R\$ 7,6 milhões).

9. IMPLANTAÇÃO DO RAMAL SECCIONAMENTO SANTA CARMEN-SINOP 500 kV

A ANEEL informou que tomou as providências necessárias para a implantação da variante da LT 500 kV Paranaíta-Cláudia-Paranatinga-Ribeirãozinho, com o seccionamento próximo a cidade de Santa Carmen/MT, como solução alternativa para escoamento parcial da energia da UHE Teles Pires.

Informou ainda que emitiu as Resoluções Autorizativas – REA nº 5.050 e 5.037, ambas de 28 de janeiro de 2015, que tratam da construção da LT 500 kV Trecho SE Sinop-Seccionamento Santa Carmen e da Declaração de Utilidade Pública – DUP para essa construção.

10. INDICADORES DE DESEMPENHO DO SIN

Este item foi retirado de pauta.

11. HOMOLOGAÇÃO DO DESPACHO DA UTE URUGUAIANA

Considerando a relevância da operação da UTE Uruguaiana, que se constitui como um benefício adicional do ponto de vista do aumento da confiabilidade da operação elétrica e suprimento de energia ao SIN, o Comitê analisou e deliberou *ad referendum*, no dia 30 de janeiro de 2015, pelo início do processo de viabilização da operação excepcional e temporária da referida usina.

Para esta deliberação, a SEE apresentou que tendo em vista a atual conjuntura energética no país, com base na Nota Técnica nº 15/2015 emitida pelo ONS sobre a importância da disponibilidade da UTE Uruguaiana no ano 2015 e diante da hipótese de retomar o despacho dessa usina com custos compatíveis a uma usina despachada por ordem de mérito, o MME realizou tratativas com o governo Argentino, a exemplo do ocorrido em 2014, sobre o suprimento de gás para a UTE Uruguaiana, informando o resultado positivo do contato.

Adicionalmente, a SEE/MME informou que, em reunião realizada no MME, a AES Uruguaiana, empresa proprietária da UTE Uruguaiana, sinalizou a possibilidade de disponibilizar a sua operação em até 24 horas após o fornecimento de gás à usina. Essa operação seria realizada em ciclo combinado de forma a disponibilizar inicialmente 244 MW para geração.

Além disso, na ocasião, a Petrobras informou ter disponibilidade para realizar o suprimento de GNL a partir do dia 11 de fevereiro de 2015. O gás poderá ser disponibilizado para a usina através da malha de gasodutos da Argentina, a partir dos portos de Bahía Blanca ou Escobar, localizados no país vizinho.

Homologação: O MME deverá coordenar as ações necessárias para viabilizar a operação da UTE Uruguaiana no menor prazo possível. A operação da usina deverá ocorrer no prazo mínimo de 60 dias, contados a partir de sua entrada em operação. Os custos variáveis, assim como os custos fixos necessários aos regimes de operação citados, após avaliação da ANEEL deverão ter ressarcimento previsto conforme portaria específica do MME.

12. ASSUNTOS GERAIS

Despacho de Usinas Térmicas de Manaus

A SEE relatou que o ONS emitiu a Nota Técnica nº 11/2015, que recomenda a permanência temporária do parque de geração térmica existente na cidade de Manaus/AM, assim como por razões elétricas até a entrada em operação da UTE Mauá 3. Com base nesta Nota Técnica, a SEE apresentou que tendo em vista as condições hidroenergéticas vigentes no país, poderá ser necessária a maximização do uso de todos os recursos energéticos existentes no SIN.

Adicionalmente, a referida Nota Técnica ainda informa que a operação deste parque térmico em sua capacidade máxima e com intercâmbio para o SIN, podem inclusive contribuir para a possível recuperação dos níveis de segurança dos reservatórios dos Subsistemas SE/CO e NE.

Diante disso, o Comitê deliberou que devem ser efetuados todos os procedimentos necessários visando à autorização da permanência do parque térmico de Manaus, de forma excepcional e temporária, pelo prazo de até doze meses.

Deliberação: O CMSE deliberou que devem ser efetuados todos os procedimentos necessários visando à autorização da permanência do parque térmico de Manaus, de forma excepcional e temporária, pelo prazo de até doze meses, que a Eletrobras Amazonas Energia represente perante CCEE todos os agentes de geração envolvidos e que os custos variáveis, assim como os custos fixos necessários à operação do referido parque térmico deverão ter ressarcimentos previstos em portaria específica do MME.

Nada mais havendo, foi encerrada a reunião.

LISTA DE PARTICIPANTES

NOME	ÓRGÃO
Márcio P. Zimmermann	MME
Francisco Romário Wojcicki	MME
Altino Ventura Filho	MME
Moacir Carlos Bertol	MME
Romeu Donizete Rufino	ANEEL
José Jurhosa Jr.	ANEEL
André Pepitone da Nóbrega	ANEEL
Christiano Vieira da Silva	ANEEL
Luiz Eduardo Barata Ferreira	CCEE
Solange David	CCEE
Albert C. G. Melo	CEPEL
Ricardo C. C. Rocha	LIGHT
Paulo Roberto Ribeiro Pinto	LIGHT
Ricardo S. Homrich	MME
Ildo Wilson Grütner	MME
Willamy Moreira Frota	
Marco Antônio Almeida	MME
Robésio Maciel de Sena	MME
Mauricio Tolmasquim	EPE
Amilcar G. Guerreiro	EPE
Hermes J. Chipp	ONS
Francisco Arteiro	ONS
Helder Queiroz	ANP
José Cesário Cecchi	ANP
José da Costa Carvalho Neto	ELETROBRAS
Valter Luiz Cardeal	ELETROBRAS
José Antonio Muniz Lopes	ELETROBRAS
Josias Matos de Araujo	ELETROBRAS
Jorge R. Bauer	ABENGOA

Guilherme Silva de Godoi	MME
Lana Castro Gopfert	ABENGOA
Fernanda Danan	ABENGOA
Renato Dalla Lana	MME
Marcos Franco Moreira	MME
Ronaldo Nahar Neder	FURNAS
Marise Grinstein	FURNAS
Wilson Cleber de Oliveira	LIGHT
Ana Carolina S. de Oliveira	MME
Ricardo P. Monteiro	MME
Edvaldo Luís Risso	MME
Ricardo Suassuna	MME
Flávia Xavier Cirilo de Sá	MME
Alexandre Ramos Peixoto	MME
Symone C. S. Araújo	MME
José Brito Trabuco	MME
Bianca Maria Matos de Alencar Braga	MME
Igor Souza Ribeiro	MME
Elizeu Pereira Vicente	MME